

Cara Dra. Manuela Veríssimo,

Em anexo irá encontrar uma revisão do manuscrito “Efeitos individuais e familiares em crimes – abuso sexual, violência conjugal e homicídio”, escrito em co-autoria com a Professora Dra. Maria Gouveia-Pereira, do ISPA-Instituto Universitário.

Estamos profundamente agradecidas pela oportunidade de rever e submeter o manuscrito para a revista *Análise Psicológica*. Tal como foi proposto, procedeu-se à revisão do manuscrito, modificando e reformulando as secções do enquadramento teórico, método, procedimento e discussão.

Junto com esta carta, encontram-se as respostas aos comentários dos revisores, ponto por ponto. Aproveitamos também esta oportunidade para expressar os mais sinceros agradecimentos aos revisores, que identificaram falhas em determinadas áreas do manuscrito, criticando sempre construtivamente o conteúdo do mesmo.

Esperamos que as alterações efetuadas sejam o suficiente para podermos publicar o nosso manuscrito na revista *Análise Psicológica*.

Comentários do revisor A

Revisor A: Globalmente, para além do Resumo e do Abstract, considera-se que devem realizar uma pequena introdução. Especificamente, sugiro que seja realizada uma breve introdução, antes do enquadramento teórico, que englobe o problema, os objectivos gerais do estudo e a sua pertinência.

Foi realizada uma breve introdução, englobando o problema (possíveis causas do comportamento criminal), os objetivos gerais (analisar a influência do funcionamento familiar, da inteligência emocional e do autocontrolo nos crimes de abuso sexual de menores, violência conjugal e homicídio) e a pertinência da análise das variáveis em estudo nos três tipos de crimes.

Revisor A: No âmbito da diferenciação dos tipos de crime, embora os autores refiram “o comportamento dos abusadores sexuais de menores não se reduz a uma simples e única definição, existindo na literatura diversas definições referentes a esta problemática” e indiquem posteriormente que a definição de abuso sexual se refere a “qualquer contacto sexual”, os autores parecem restringir às situações em que o agressor recorre ao “uso da força, ameaça ou dolo”. No entanto, a literatura indica que em muitos casos os abusadores usam estratégias subtis para cativar e seduzir a criança, não sendo necessário o uso da força, nomeadamente nos casos de contactos em que não há penetração ou formas mais intrusivas de abuso. Considera-se que seria pertinente incluir literatura sobre esta especificidade dos abusadores, podendo ter implicações na discussão dos resultados. Ao longo do texto, várias vezes referem estudos com “agressores sexuais”, sendo importante uniformizar e/ou diferenciar dos estudos com os abusadores de menores. Outra questão muito pertinente e que não é referida, sendo necessário explicitar, bem como na descrição da amostra, se se tratam de abusadores sexuais intrafamiliares ou extrafamiliares, dado que as dinâmicas abusivas e as características dos agressores são diferentes.

No enquadramento teórico, foi desenvolvida e complementada literatura sobre a especificidade dos abusadores sexuais, abordando os abusadores sexuais mais impulsivos e agressivos, bem como os abusadores sexuais mais subtis e sedutores. Foi

igualmente tido em consideração estas definições na discussão do trabalho. Tivemos igualmente em consideração a uniformização do termo “agressores sexuais”, sendo este esclarecido ao longo do texto, pois os abusadores sexuais (na literatura), pertencem ao grupo dos agressores sexuais, quando não existe outro tipo de diferenciação. Assim, os abusadores sexuais são um tipo de agressores sexuais.

Por outro lado, na descrição da amostra, não é possível descrevermos se se tratam de abusadores sexuais intrafamiliares ou extrafamiliares, pois não nos foi possível ter acesso a essa informação.

Revisor A: No que diz respeito à violência doméstica, esta não está corretamente definida – os autores procedem a esta definição de forma muito limitada enfatizando apenas a amplitude do contexto (“pode verificar em casa, pode existir também no exterior”). Sugere-se que consultem o código penal e a literatura sobre a distinção entre violência doméstica e violência conjugal. O termo violência doméstica é muito abrangente, em que podem ser afectados outros elementos da família ou que coabitem, incluindo a violência conjugal, a violência contra idosos, os maus tratos e negligência a crianças, etc. SERIA PERTINENTE CLARIFICAR O TIPO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DOS PARTICIPANTES – VIOLÊNCIA CONJUGAL? OU OUTROS? Dado que há uma vasta literatura sobre as características os agressores conjugais mais, no presente estudo, não se sabe se se tratam exclusivamente de agressores conjugais ou de outra tipologia dentro da violência doméstica.

Tal como foi proposto por ambos os revisores, definiu-se, neste caso, violência conjugal de acordo com o Código Penal. Também optámos por especificar a violência conjugal como um tipo de violência doméstica, tendo em conta que os participantes deste estudo, são sujeitos condenados por agressões à esposa, namorada ou companheira.

Revisor A: No que diz respeito ao homicídio, os autores recorrem à definição legal – quando não o fizeram nos crimes anteriores. Considera-se importante uniformizar. Sugere-se que incluam a definição legal nos 3 tipos de crime e, posteriormente, tenham considerações ou incluam as definições mais consensuais (e abrangentes) da literatura da área.

Ainda no âmbito do homicídio (definição e factores associados) sugere-se a leitura de um artigo recente “why do people kill? A critical review of the literature of factors associated with homicide” de Botelho e Gonçalves (2016).

No crime de homicídio, foi colocada a definição de acordo com o Código Penal, proposta por ambos os revisores, de modo a criar uma uniformização nos três tipos de crime. Seguimos também a sugestão do revisor A relativamente à leitura do artigo do Botelho e Gonçalves (2016), o que muito agradecemos, uma vez que enriqueceu o nosso trabalho.

Revisor A: Ao longo do texto utilizam muitas vezes o termo “comportamento delinquente” e condutas delinquentes. Convém referir o que os autores entendem por “comportamento ou condutas delinquentes”, dado que o termo delinquência é abrangente e pode incluir, segundo alguns autores, atos que não estão tipificados na lei como crime. Considerando o presente trabalho, que foca 3 tipos de crime, sugere-se que utilizem a conceptualização legalista do termo “delinquência”, ou seja, actos tipificados na lei como crime. Utilizam também o termo “comportamento desviante”, que não é o mesmo que “comportamento delinquente”. Assim, é importante uniformizar a terminologia adoptada.

Seguimos igualmente a sugestão do revisor A, adoptando sobretudo a conceptualização “delinquência”, uma vez que concordamos que o termo “comportamento desviante” é diferente de “comportamento delinquente”, sendo este último mais adequado para referir os 3 tipos de crimes abordados neste trabalho.

Revisor A: No que diz respeito ao modelo circunflexo proposto por Olson que os autores indicam como sendo a sua base de análise, trata-se de um modelo que analisa o funcionamento dos sistemas familiar e marital/conjugal – no entanto, ao longo do texto, referem apenas o funcionamento familiar. Seria importante especificar se incluem no funcionamento familiar o funcionamento do sistema marital. Além disto, convém especificar se analisam o funcionamento familiar da família de origem ou o atual. Ainda no âmbito deste modelo, trata-se de um modelo que não é estático e considera as mudanças na família e do casal ao longo do tempo, decorrentes

do ciclo de vida e etapas importantes de mudança como decorrentes de factores externos/stress. Ora, a própria reclusão é um factor que pode influenciar o funcionamento familiar e conjugal, pelo que as dimensões consideradas (coesão, flexibilidade e comunicação) podem ser consequência/efeito do ato criminal e da reclusão. Considera-se de extrema importância refletir sobre isto, principalmente na discussão dos resultados.

No que diz respeito ao modelo proposto por Olson, evidentemente que concordamos que é um modelo não estático, e não se irá estudar/avaliar o sistema marital/conjugal, como foi referido no texto. É importante ter em que conta que a maior parte dos participantes do presente estudo, respondeu de acordo com aquilo que sentia em relação à sua família atual, podendo eventualmente estar aqui incluída a família de origem. Concordamos também com o revisor no sentido de que a própria reclusão é um factor que pode influenciar o funcionamento familiar e conjugal, tendo na discussão este facto em consideração.

Revisor A: Na página 9, cuidado com a linguagem determinista e pouco científica – “têm mais probabilidade de estar condenados a uma carreira delinquente” e “muitos adolescentes com baixo autocontrolo não abraçam a carreira... Na página 10 “Uma vez que tanto quanto sabemos a literatura apresenta escassez de estudos que relacionem o autocontrolo com os crimes de violência doméstica e homicídio”... há muitos estudos que analisam o autocontrolo/impulsividade neste tipo de crime. Convém fazer uma revisão mais cuidadosa.

Consideramos igualmente as sugestões feitas para a pg. 9 e 10 pelo revisor A, optando por uma abordagem mais científica e objetiva.

Revisor A: Na secção seguinte – “Presente Investigação”, sugere-se “O presente estudo (ou A presente Investigação): Objetivo geral e hipóteses.

Na parte do objetivo geral e hipóteses, optámos por colocar esta secção sob uma forma mais descritiva, evitando também a utilização de espaço desnecessário, tendo em conta o limite ultrapassado de páginas.

Revisor A: Método / Metodologia. Na secção sobre as/os participantes, a descrição da amostra/participantes carece de informação importante e sugere-se que se façam menos quadros. Na descrição, dadas as dimensões analisadas e os tipos de crime, devia ter devidamente discriminado: - a percentagem de sujeitos por cada tipo de crime e indicar se o crime (no caso do abuso e no caso do homicídio) é intrafamiliar ou não; na violência doméstica, como já foi referido, é importante saber qual a tipologia (violência contra quem? Companheira? Filhos? Outros familiares? Etc.) Dado que se analisa o funcionamento familiar, considera-se grave o facto de não indicarem o estado civil dos participantes, bem como se te ou não filhos e, se possível, se há ou não relação com a família de origem.

Na parte do Método - Participantes, colocámos em percentagem o número de sujeitos por cada tipo de crime. Tal como no crime de abuso sexual, no crime de homicídio, também não nos é possível saber se o crime foi de carácter intrafamiliar ou extrafamiliar. No crime de violência conjugal, já foi mencionado a quem o tipo de agressão/violência se refere. Foi igualmente indicado o estado civil dos participantes. Não nos foi possível obter informação relativamente à frequência das visitas de familiares dos participantes, como tal não é possível avaliar a qualidade da relação atual, para além das três dimensões analisadas relativamente ao funcionamento familiar.

Revisor A: Procedimento. No procedimento, não há informação se a administração dos instrumentos foi feita individualmente (e por quem? Pelos investigadores?) ou se foi feita em grupo.

O procedimento já foi retificado, indicando de que forma foi feita a administração dos instrumentos e por quem.

Revisor A: Discussão. Na sequência das alterações sugeridas ao nível do enquadramento teórico, tendo implicações na metodologia e análise, a discussão terá de ser reformulada.

Atendeu-se igualmente às sugestões de ambos os revisores no que respeita à discussão, no sentido de a melhorar e enriquecer de acordo com as sugestões feitas.

Comentários do revisor B

Revisor B: O trabalho submetido não está concordante com as normas de submissão, ultrapassando largamente o número máximo de páginas definido. Em particular, destaca-se a extensão, que me parece excessiva, da revisão teórica. É importante que esta secção exponha de forma completa, mas explícita e sucinta, o estado atual de conhecimento sobre o tema do artigo, sintetizando e analisando de forma integrada e crítica a investigação prévia nesse domínio. No meu entender, essas condições não se verificam, denotando-se ausência de integração e reflexão relativamente aos conteúdos abordados, que são apresentados sem um necessário argumento organizador de ideias.

Relativamente ao excesso de número de páginas, tendo em consideração o comentário de ambos os revisores, procedemos a uma análise mais cuidada e detalhada da revisão teórica, diminuindo significativamente o número de páginas do presente trabalho.

Revisor B: Por outro lado, e não obstante a sua extensão, identificam-se confusões e imprecisões conceptuais na definição dos crimes/tipos de violência sob análise. No caso específico do abuso sexual, e apesar de se reconhecer a pluralidade e diversidade de definições disponíveis na literatura, apresentam-se definições que, apesar de manifestamente discrepantes, parecem ser apresentadas como concordantes (ex., “Para Freitas (2003) subsiste a ideia de que o abuso sexual se restringe a práticas que pressupõem contactos físicos, nomeadamente coito vaginal, anal e oral ou a sua tentativa. Também Finkelhor (1990) refere que o abuso sexual de menores é qualquer contacto sexual com uma criança, através do uso da força, ameaça, ou dolo, de forma a garantir a participação da criança, ou qualquer contacto onde esta seja incapaz de consentir o ato em virtude da sua idade, incapacidade ou poder diferencial”); ora, apesar de não estar presente na 2ª definição a exclusividade de atos envolvendo coito vaginal, anal e oral (ou a sua tentativa), dá-se a entender que sim. Para além disso, e embora a discussão acerca das diferentes definições de abuso fosse pertinente, é feita neste trabalho de forma pouco rigorosa e aprofundada, tanto mais que a amostra deste estudo é constituída por

indivíduos condenados pelo crime, entendendo-se como imprescindível a apresentação e reflexão da definição legal de abuso sexual de crianças à luz do código penal português. Aliás, essa reflexão permitiria perceber que o crime de abuso sexual de crianças não se restringe a práticas que pressupõem contactos físicos, nomeadamente coito vaginal, anal e oral, como é assumido no texto de forma absolutamente acrítica.

De acordo com a sugestão do revisor B, foi incluída a definição de abuso sexual de menores, à luz do Código Penal Português e foi retificado o próprio termo “abuso sexual”, explicando, de forma clara, aquilo em que consiste.

Revisor B: Não é também consensual na literatura da especialidade a ideia de que “o abuso sexual de menores acontece porque existe uma incapacidade por parte do agressor em estabelecer relações sexualmente satisfatórias com outros adultos”, aspeto que deveria ser melhor refletido e discutido.

Foi retificada a definição de abuso sexual, tal como os diferentes tipo de abusadores, as suas características e causas.

Revisor B: Não é feita qualquer referência às especificidades que caracterizam o abuso sexual intrafamiliar e extrafamiliar, aspeto que deveria também ter sido atendido de um ponto de vista metodológico, atendendo à preponderância que o funcionamento familiar assume na componente empírica deste trabalho.

Apesar desta questão ser bastante pertinente, não se abordou neste trabalho as especificidades inerentes ao abuso intrafamiliar e extrafamiliar. Verificou-se da nossa parte, muita dificuldade em reduzir o número de páginas, optando assim por “selecionar” a informação estritamente necessária, pertencente às problemáticas a serem estudadas e aos três tipos de crime.

Revisor B: A apresentação relativamente ao crime de Violência Doméstica (VD) é também redutora e imprecisa, o que, uma vez mais, se afigura merecedor de particular atenção dada a natureza do estudo (que incluiu na amostra indivíduos condenados pelo crime). Tanto quanto se percebe, os autores utilizam este conceito para se referirem à Violência nas Relações de Intimidade (VRI). Contudo, de um ponto de vista legal, VD inclui atos de

violência contra diferentes alvos: cônjuge ou ex-cônjuge; pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro ou uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação; progenitor de descendente comum em 1.º grau; ou pessoa particularmente indefesa, nomeadamente em razão da idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite. Não só de um ponto de vista conceptual, mas também para efeitos metodológicos, importaria que esta questão tivesse sido melhor atendida. Por exemplo, quando na descrição da amostra se diz que esta contempla “3 grupos de sujeitos condenados pelo tipo de crime: abuso sexual de menores (N=30); violência doméstica (N=32) e homicídio (N=30)”, é possível garantir que os 32 condenados por crime de VD são ofensores conjugais?

Definiu-se, neste caso, violência conjugal de acordo com o Código Penal. Também optámos por especificar a violência conjugal como um tipo de violência doméstica, tendo em conta que os participantes deste estudo, são sujeitos condenados por agressões à esposa, namorada ou companheira. Deste modo, podemos garantir que os participantes condenados por VD são ofensores conjugais.

Revisor B: Relativamente ao crime de homicídio, e sabendo-se que muitas destas situações ocorrem no âmbito da conjugalidade e da VRI, importaria terem sido fornecidas informações e dados mais concretos sobre o tipo de homicídios em análise, por forma a garantir não existirem sobreposições de formas de violência em análise. Também esse aspeto deveria ter sido melhor estudado, uma vez mais, atendendo à preponderância que o funcionamento familiar assume na componente empírica deste trabalho.

Relativamente aos homicídios, foi cuidadosamente revisto o facto dos participantes que estavam condenados por “homicídio”, não terem sobreposições de outras formas de violência. Ou seja, podemos garantir que os sujeitos não estão condenados por outros tipos de crime.

Revisor B: Identificam-se outras confusões e imprecisões terminológicas (e.g., “agressores sexuais”/ “abusadores de menores”, “comportamento desviante”/ “comportamento delinquente”). Teria sido importante clarificar os conceitos e utilizar uma designação uniforme porque os

conceitos não são sinónimos/equivalentes, situação que não fica salvaguardada pela sua utilização indiscriminada no texto.

Relativamente aos termos “agressores sexuais e abusadores sexuais de menores”, tivemos em consideração a uniformização do termo “agressores sexuais”, sendo este esclarecido ao longo do texto, pois os abusadores sexuais (na literatura), pertencem ao grupo dos agressores sexuais, quando não existe outro tipo de diferenciação. Assim, os abusadores sexuais são um tipo de agressores sexuais. No que diz respeito aos termos “comportamento desviante e comportamento delinquente”, tal como se disse ao revisor A, seguimos igualmente a sugestão do revisor B, adoptando sobretudo a conceptualização “delinquência”, uma vez que concordamos que o termo “comportamento desviante” é diferente de “comportamento delinquente”, sendo este último mais adequado para referir os 3 tipos de crimes abordados neste trabalho.

Revisor B: Os autores assumem o modelo circumplexo de Olson como referencial teórico de base para o seu trabalho. Contudo, seria importante clarificar se, de um ponto de vista empírico, é analisado e considerado o funcionamento familiar da família de origem ou o funcionamento familiar atual; por outro lado, e atendendo ao impacto da reclusão no funcionamento familiar, entende-se que tal aspeto deveria ter sido melhor considerado e analisado na discussão dos resultados.

É importante ter em que conta que a maior parte dos participantes do presente estudo, respondeu de acordo com aquilo que sentia em relação à sua família atual, podendo eventualmente estar aqui incluída a família de origem. Concordamos também com o revisor B, no sentido de que a própria reclusão é um factor que pode influenciar o funcionamento familiar e conjugal, tendo na discussão este facto em consideração.

Revisor B: Na secção do Método, a descrição da amostra é escassa relativamente a informação que me parece de máxima importância para o presente trabalho: descrição da natureza familiar/extrafamiliar dos crimes de abuso sexual e homicídio; no caso do crime de VD, clarificação do alvo da violência; descrição mais rigorosa do contexto familiar dos sujeitos incluídos na amostra (e.g., estado civil, envolvimento relacional, existência ou não de filhos, qualidade da relação atual com família,

aferível, por exemplo, através da frequência das visitas e/ou qualidade das mesmas dos participantes).

Na secção do Método, no crime de violência conjugal, clarificamos o alvo da violência/agressão. Tal como no crime de abuso sexual, no crime de homicídio, também não nos é possível saber se o crime foi de carácter intrafamiliar ou extrafamiliar. Ainda relativamente ao contexto familiar, o estado civil dos participantes foi incluído. Tal como foi dito ao revisor A, não nos foi possível obter informação relativamente à frequência das visitas de familiares dos participantes, como tal não é possível avaliar a qualidade da relação atual, para além das três dimensões analisadas relativamente ao funcionamento familiar.

Revisor B: Pelo exposto, e dada a sua centralidade para o estudo, sugere-se a reformulação das análises estatísticas por forma a considerar as variáveis em falta – secção ‘Resultados’ e, consequentemente, da secção “Discussão”. Sublinhe-se que a secção ‘Resultados’ deverá ser mais explícita quanto ao cumprimento dos pressupostos subjacentes à utilização de testes paramétricos.

Tal como foi respondido ao revisor A, consideramos a sugestão de ambos os revisores, reformulando a discussão, de acordo com as sugestões propostas. No que diz respeito ao cumprimento dos pressupostos, importa referir que relativamente ao pressuposto da normalidade para a utilização de testes paramétricos, este é assegurado pelo Teorema do Limite Central, que pode ser evocado para um número de participantes superior a trinta elementos (Mâroco, 2010), o que é o caso do presente estudo, visto contar com a colaboração de noventa e dois sujeitos.